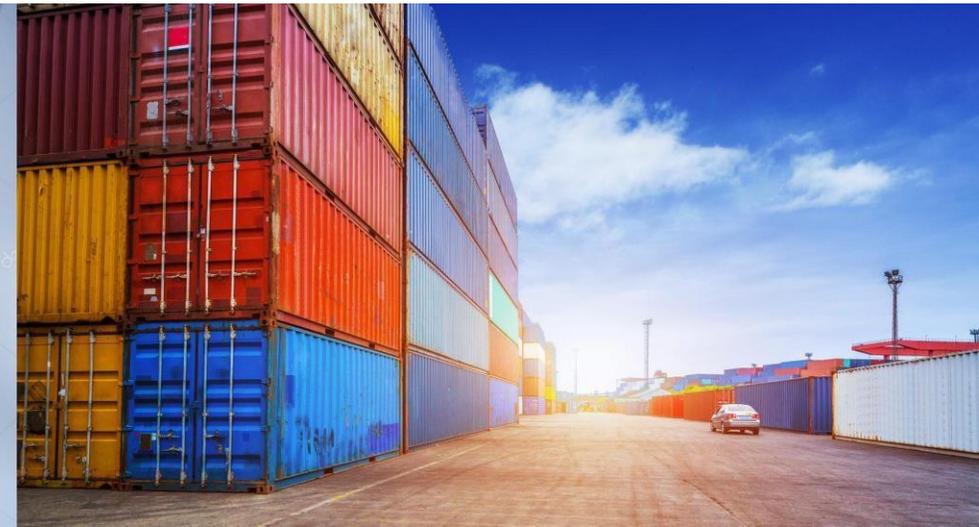


7ª Reunião de Monitoramento

CRESCERs

JUNTOS VAMOS MAIS RÁPIDO



EIXO 1

Desburocratização

CERTIFICAÇÃO DE ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

STATUS ATUAL

Projeto em andamento, **35% concluído**, 5 entregas programadas:

Atividades de Mitigação de Risco Realizadas	100%
Projeto de Fronteira Implantado	100%
Módulo de Inspeção a Campo Implantado	40%
Inspetorias de Defesa Agropecuária Modernizadas	40%
Estado Reconhecido como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação	90%

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- Módulo de Inspeção a Campo: dos 8 entregáveis do módulo, 2 estão concluídos, 1 no terço final de entrega, 1 iniciado e os outros 4 ainda não iniciados.
- Modernização das Inspetorias: **11** Inspetorias modernizadas, faltando **3**
- Estado Reconhecido Nacionalmente como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação em setembro de 2020, aguardando o reconhecimento internacional pela OIE em Maio de 2021.
- Contratação de servidores administrativos – treinamentos iniciados em 17/11
- Aquisição de Veículos em estágio final

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Morosidade dos entregáveis do Módulo de Inspeção à campo (App).
- Problemas externos no decorrer das obras de Modernização das Inspetorias.
- Atraso na entrega dos veículos

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Reforço da equipe PROCERGS de desenvolvimento do App.
- Alinhar a entrega dos veículos com a empresa ganhadora do processo eletrônico, sem necessidade de outro processo licitatório.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Levantar a possibilidade de uma “fábrica” externa para aumentar a eficiência no atendimento das demandas junto à PROCERGS.

Atividades de Mitigação de Risco Realizadas – 100%

Atividades de Fiscalização em Propriedades e de Trânsito determinadas pelo Estudo de Análise de Risco (Produzida em Parceria UFRGS – SEAPDR), homologada no 1º semestre de 2019 e faz parte da rotina de atividades do DDA;
O RS foi o primeiro Estado a ter uma Análise de Risco, direcionando atividades de vigilância dirigida baseada em risco, e é o único com o sistema operando na rotina.

Projeto de Fronteira Implantado – 100%

O projeto de fiscalização de fronteira já está estruturado e operacional desde 08/07/20.
Nos três primeiros meses do Sentinela, foram percorridos 19.012 quilômetros. Neste período, foram fiscalizados 15.923 bovinos 70 propriedades fiscalizadas, 133 barreiras realizadas, 638 veículos vistoriados

Módulo de Inspeção a Campo Implantado – 40%

Módulo no SDA e APP (em conjunto) para registrar as atividades do DDA (vigilância em propriedades, contagem de rebanhos, controle e fiscalização de trânsito animal, fiscalização de casas agropecuárias);
Módulo de fiscalização em propriedades e de contagem de rebanho já estão CONCLUÍDOS;
Este módulo de fiscalização de trânsito irá substituir o relatório de papel para digital e produzirá dados estatísticos mais confiáveis e online.
A evolução dos módulos podem ser afetadas pela perda de profissionais da equipe de desenvolvimento na PROCERGS.

Inspetorias de Defesa Agropecuária Modernizadas – 40%

Reforma das Inspetorias pelo FUNDESA, atualmente já foram reformadas 10 IDA do total de 51;
Já está com 40%, em função de que as reformas mais difíceis e longas foram iniciadas primeiro, concluído Santana do Livramento, faltando Bagé e as outras inspetorias que necessitam de pequenas reformas.

Estado Reconhecido como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação – 90%

O Estado já obteve o reconhecimento NACIONAL como Zona Livre de Febre Aftosa, com a publicação da Instrução Normativa MAPA 52/2020. Restam pontos e auditoria MAPA em setembro de 2020;
Pleito para reconhecimento internacional (maio/21) encaminhado à Organização Internacional de Saúde Animal.

CERTIFICADO DE PRODUTOR FLORESTAL ONLINE

STATUS ATUAL

Reunião da Câmara Setorial das Florestas Plantadas (nov/20)	100%
Recursos Financeiros FUNDEFLO- 2021 (criação da plataforma on line)	100%
A plataforma on-line para o Certificado de Produtor Florestal deve operar a partir do ano de 2021, atualmente, com previsão para setembro de 2021	10%

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Os cadastros dos consumidores do antigo sistema de Controle Florestal RS – COF/PROCERGS migraram para o Módulo Administração Florestal junto a plataforma do SDA, em outubro/2020, a qual está em fase de ajustes finais para operação. Na primeira fase, somente os Consumidores, pessoas físicas e jurídicas cadastradas, com previsão de início de operação on-line em janeiro de 2021

A plataforma on-line para o Certificado de Produtor Florestal deve operar a partir do ano de 2021, atualmente, com previsão para setembro de 2021.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Criação de plataforma on-line que possibilite o cadastro dos plantios florestais para fins econômicos dentro de um sistema de informações e banco de dados estatístico, para obtenção do Certificado de Produtor Florestal, documento de controle de origem dos produtos e subprodutos madeiráveis e não madeiráveis oriundo de florestas plantadas
- As Certidões de Cadastro Florestal (Certificados) não são emitidas através de plataforma on-line e o sistema não possui um banco de dados atualizado com as informações dos plantios florestais

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



Desenvolvimento de um sistema on-line para o cadastro dos plantios florestais de interesse econômico vinculado ao Módulo Administração Florestal/Sistema de Defesa Agropecuária - SDA, em fase de desenvolvimento pela PROCERGS, conforme indicado pela Câmara Setorial das Florestas Plantadas, juntamente com o projeto do banco de dados a ser implantado para fins de emissão do Certificado de Produtor Florestal/SEAPDR

PROPOSTA DE AÇÃO



- Formalização de instrumento entre SEAPDR/SEMA para realização do cadastro dos plantios florestais através da SEAPDR, a ser compartilhado com a SEMA/FEPAM.
- Emissão de Portaria Conjunta SEAPDR/SEMA/FEPAM em substituição a atual Portaria Conjunta SEMA/FEPAM/SEAPI nº 20/2018, visando o retorno do cadastro dos plantios florestais via sistema PROCERGS/SEAPDR, propondo a sistemática alternativa para o período de desenvolvimento e implantação do novo sistema on-line, com recursos financeiros do FUNDEFLO 2021

STATUS ATUAL

- A Ata da Câmara Setorial das Florestas Plantadas, em reunião de novembro/2020, indica a manifestação das principais instituições representativas do setor, para que a administração dos cadastros dos plantios florestais num sistema on-line seja desenvolvido e coordenado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAPDR, órgão responsável pela política agrícola das florestas plantadas e seus produtos. Os recursos financeiros do FUNDEFLOR, orçamento 2021, contemplam os serviços de desenvolvimento, implantação e operacionalização do sistema de informações e banco de dados necessários à contratação dos serviços da PROCERGS, no caso com dispensa de licitação, via plataforma do Sistema de Defesa Agropecuária-SDA
- Os recursos financeiros do FUNDEFLOR, orçamento 2021, contemplam os serviços de desenvolvimento, implantação e operacionalização do sistema de informações e banco de dados necessários à contratação dos serviços da PROCERGS, via plataforma do Sistema de Defesa Agropecuária-SDA.
- A próxima etapa necessária é o encaminhamento da solicitação oficial da SEAPDR à PROCERGS para a apresentação do orçamento dos serviços de desenvolvimento, implantação e operação, mediante apresentação do banco de dados e peculiaridades do Sistema on-line para a emissão do Certificado de Produtor Florestal.

INFORMATIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO NO CBMRS

DESCRIÇÃO

A partir do ano de 2013, o Estado do RS sofreu uma profunda alteração na área da segurança contra incêndio, com o advento de sua **nova legislação**. Significativos avanços foram realizados pelo CBMRS, destacadamente, a edição de **novas Resoluções Técnicas**, as quais tornaram o processo de licenciamento de edificações mais claro e transparente, com o objetivo de **oferecer ao empreendedor um serviço célere e eficiente**. Além do aperfeiçoamento normativo, foram criados os processos eletrônicos de emissão de licenças para os pequenos estabelecimentos (até 750 m², com baixo risco de incêndio), porém em um **software que já não atende às necessidades do Estado** e cuja empresa desenvolvedora possui **contrato até 1º de julho de 2021 (prorrogável por 12 meses)**.

Ressalta-se que **as empresas que possuem instalações com maior complexidade permanecem com a tramitação em meio físico**, o que acarreta maior custo ao empreendedor.

IMPACTOS

A informatização completa do licenciamento de edificações junto ao CBMRS, já está em fase de testes. **No dia 21 de setembro de 2020 foi iniciada a operação do sistema SOL-CBMRS**, em desenvolvimento pela PROCERGS.

A fase de testes está sendo realizada na área do 8º Batalhão de Bombeiros Militar, que tem sede em Canoas e abrange 28 (vinte e oito) municípios, os quais somam 1,8 milhões de habitantes.

Os principal benefício é a **eliminação de deslocamento até uma unidade do CBMRS para a entrega dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI**, trazendo **redução de custos** ao empreendedor e **facilidade de acesso ao serviço público**. Ainda, serão agregadas novas funcionalidades de gestão dos processos realizados pelo CBMRS, o que contribuirá para o atendimento ao princípio da **eficiência**, bem como trará maior **transparência dos atos administrativos**.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- **Término do contrato com a empresa W3! Informática**, desenvolvedora do *software* SISBOM, em **1º de julho de 2021**
- **Necessidade de informatização dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI**, para estabelecimentos de maior complexidade
- **Insuficiência de ferramentas de gestão** dos serviços de segurança contra incêndio

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- **Migração dos licenciamentos de PSPCI/CLCB para SOL-CBMRS**, a partir de **1º de julho de 2021**
- Implementação do **licenciamento eletrônico para todos os tipos de estabelecimentos** no SOL-CBMRS
- Desenvolvimento de funcionalidades voltadas à **mensuração de resultados nos processos realizados pelo CBMRS** no SOL-CBMRS

PROPOSTA DE AÇÃO



- Implementação da aplicação **SOL- CBMRS** em três fases:
- 1) **Substituição total do SISBOM até 1º de julho de 2021** pelo SOL-CBMRS; (previsão Procergs)
- 2) Lançamento do **licenciamento eletrônico para PPCI em todo o Estado** no mês de janeiro de **2021** no SOL-CBMRS; (previsão)
- 3) Implementação das **funcionalidades de gestão no SOL-CBMRS** no segundo semestre de 2021



Prazos (em dias) – novembro* de 2020

**CBMRS
Análise**

9

**POA
Análise**

15

**CBMRS
Vistoria**

9

**POA
Vistoria**

11

* Até o dia 30 de setembro.

TRANSPORTE TURÍSTICO

STATUS ATUAL

A redução do prazo de antecedência de execução do transporte turístico de **8 para 4 horas** no RS , aguarda desde **11/2019** o presidente do Conselho de Tráfego do DAER incluir na pauta para votação.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Devido as pautas mais urgentes do Conselho de Tráfego do DAER, esta demanda não é considerada uma pauta prioritária e não será levada para votação neste momento, segundo o diretor da DTR/DAER.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

O turista que vem para o Rio Grande do Sul, quando contrata uma agência com frota própria ou um transportador turístico, precisa aguardar 8 horas após a contratação para poder iniciar seu deslocamento pelo estado

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

Alteração da resolução do Conselho de Tráfego do DAER com proposta de reduzir de 8 para 4 horas a antecedência de início de deslocamento da operação de transporte ou de turismo.

PROPOSTA DE AÇÃO

A FEPEME através de sua associação filiada – AMIC RS – ingressou em 11/2019 com a solicitação na DTR – DAER através do PROA 19/0435-0046977-3
Ingressamos com pedido de um Assento no Conselho de Tráfego do DAER - PL 263/2020

REDESIM – ATIVAÇÃO MÓDULOS DE LICENCIAMENTO

STATUS ATUAL

- A REDESIM, projeto nacional que visa integrar órgãos envolvidos no registro e licenciamento de empresas. Existe desde 1997 e, nos últimos 4 anos, com a parceria do SEBRAE, foi otimizado.
- **Dos atuais 497 municípios no Estado, contamos com 393 deles integrados na REDESIM. Representam mais de 95% das empresas do Estado.**
- Basicamente, há três módulos: viabilidade, registro e **licenciamento**.
- Nem todos integrados alimentam corretamente o módulo de licenciamento na REDESIM.
- Em 2020, o propósito da Junta Comercial é que os municípios integrados forneçam os dados, qualificando a interação com seus empreendedores.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Ano de 2020/2021

Avaliações trimestrais: integração x utilização plena do sistema

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- **ESTADO** - Por falta de alimentação, o sistema não fornece dados estatísticos: ranking de municípios
- **MUNICÍPIO/CIDADÃO** - O fluxo de licenciamento interligado fica interrompido, impossibilitando que o empreendedor utilize o sistema digital para finalizar o registro empresarial

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Identificação dos municípios que não estão utilizando o módulo integrador, plenamente
- Priorizar a **QUALIDADE** da integração

PROPOSTA DE AÇÃO

- Mesmo como as restrições sanitárias, mantivemos contato (telefone, vídeos conferências e-mail) com municípios (Prefeitos e Secretários)
- Passamos de 62 municípios para 75 que operam o LICENCIAMENTO, através da REDESIM

REGULAÇÃO COMPARTILHADA BASES REMOTAS SAMU RS

DESCRIÇÃO

Projeto de Regulação Compartilhada, através de Centrais Acessórias de Regulação Remota, em municípios com Base SAMU, regulamentado pela Resolução N° 338/2019 - CIB/RS. O projeto em tela visa a Regulação Compartilhada das Urgências, por meio do acesso remoto ao software de regulação médica das Urgências do SAMU RS e baseia-se na participação de médicos reguladores em determinados municípios, na regulação da sua área de abrangência, vinculados à Central Estadual de Regulação das Urgências - SAMU.

IMPACTOS

- Implantada a Regulação Remota nos municípios de Santa Maria, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Canoas, tendo havido redução no tempo resposta de acionamento das equipes dos municípios envolvidos a partir de novembro de 2019.

INDICADOR 2.2 – TEMPO MÉDIO (MINUTOS) ENTRE A ENTRADA DA LIGAÇÃO NO LINK 192 E O MOMENTO DO ACIONAMENTO DA BASE

ANOS: 2019 / 2020

FONTE DE DADOS: SISTEMA INFORMATIZADO SOLUÇÃO EM ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR (SAPH)

MUNICÍPIO	Jan 2019	Fev 2019	Mar 2019	Abr 2019	Mai 2019	Jun 2019	Jul 2019	Ago 2019	Set 2019	Out 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	Mai 2020	Jun 2020	Jul 2020	Jul 2020
BENTO GONÇALVES	7	7	7	6	6	6	6	7	7	6	6	5	5	4	4	4	5	6	5	5
CANOAS	10	8	8	8	6	6	6	7	8	7	6	6	6	5	6	5	5	5	5	5
SANTA CRUZ DO SUL	8	8	7	8	5	6	5	6	6	6	6	6	6	5	6	4	4	6	6	9
SANTA MARIA	8	8	10	8	6	6	6	6	7	7	6	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Departamento de Regulação Estadual. Coordenação Estadual das Urgências e Emergências. Em: 15.09.2020

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Demora no tempo resposta do SAMU
- Dificuldade de identificar chamados x realidade local

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Adesão dos Municípios sede de Unidade de Suporte Avançado ao **Projeto de Regulação Compartilhada, através de Centrais Acessórias de Regulação Remota**, buscando impactar na redução do tempo resposta de acionamento das equipes do SAMU 192.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Fomento à Adesão de novos municípios ao projeto

DESCOMPLICA SAÚDE

DESCRIÇÃO

Revisar todas as Portarias e Ordens de Serviço da SES RS e Resoluções CIB, do período compreendido entre 1989 a 2018, e inseri-las no site da SES (link: <https://saude.rs.gov.br/portarias-gabinete>)

IMPACTOS

- Revisar o conjunto de normativas internas da Secretaria da Saúde;
- Fortalecer as políticas de transparência pública, permitindo o acesso às normativas atualizadas e vigentes referentes ao SUS no âmbito estadual, à toda a população;
- Qualificar o trabalho de todos os operadores de saúde.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Base normativa de dados atualizada em sítio eletrônico somente a partir de 2015
- Muitas normativas perderam vigência e não tiveram sua situação atualizada.
- Compilação das Portarias e Ordens de Serviços da SES/RS e Resoluções CIB/RS

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Designação, mediante a Portaria nº 596/2019, de Grupo de Trabalho para a Execução do Projeto DESCOMPLICA SAÚDE no âmbito da Secretaria da Saúde
- Todas as Portarias do Gabinete da SES já digitalizadas
- Apoio, junto à Assessoria de Comunicação da SES/RS, para a disponibilização das Portarias do Gabinete no sítio eletrônico da SES

PROPOSTA DE AÇÃO



Revisão de Portarias e Ordens de Serviço da SES/RS e Resoluções CIB, abrangendo os anos de 1989 a 2018, desenvolvendo as ações:

- **1.** inserção das Portarias no site da SES pela Assessoria de Comunicação; **2.** Elaboração de planilha editável por múltiplos usuários de cada normativa da SES, pela DGTI. **3** análise de cada Departamento dos atos afetos à sua área; **4.** deliberação sobre revogar, manter ou modificar.

GESTÃO TRIBUTÁRIA ESPECIALIZADA

STATUS ATUAL

Após 1 ano de estudos e planejamento, a Receita Estadual reorganizou suas atividades direcionando seus esforços para uma gestão tributária especializada, focando em atuação nos setores econômicos. Assim, foram estruturados 16 Grupos Especializados Setoriais – GES que trabalharão no sentido de otimizar a arrecadação por meio de ações, tais como diferenciação no tratamento dos contribuintes, incentivo ao cumprimento voluntário, potencialização do combate à sonegação, redução da litigiosidade e da formação de passivos tributários, com consequente redução da brecha tributária e incremento na arrecadação.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Conclusão da 1ª fase de implantação – dez/2020

Março:

- Planejamento 2020 finalizado e divulgado;
- Monitoramento da Arrecadação dos grandes contribuintes implantado;
- Monitoramento da Inadimplência dos grandes contribuintes implantado.

Junho:

- Implantação do acompanhamento setorial mensal;
- Acompanhamento da arrecadação por agrupamento setorial.

Setembro:

- Seleção de contribuintes implantada;
- Segmentação da base de contribuintes concluída;
- Verificação fiscal implantada.

Dezembro:

- Auditoria Fiscal implantada;
- Proposição de alteração de legislação estruturada;
- Regularização de grandes contribuintes estruturada;
- Elaboração do Plano de Fiscalização 2021.

Conclusão da implantação – dez/2022

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Enfoque predominantemente geográfico da Administração Tributária
- Alto grau de litigiosidade e morosidade na tramitação dos litígios
- Legislação tributária complexa e alto custo de conformidade
- Insuficiência das ações de combate às fraudes estruturadas e inadimplência contumaz

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Especialização da administração tributária
- Trabalho mais próximo ao fato gerador
- Cobertura dos diversos contribuintes do setor, considerando potencial de arrecadação, análise de risco e porte

PROPOSTA DE AÇÃO



- Monitoramento da arrecadação e inadimplência dos grandes contribuintes (80% da arrecadação)
- Execução de autorregularizações, quando não envolver fraude
- Qualificar o lançamento tributário para evitar o contencioso
- Orientação ao contribuinte para garantir o cumprimento voluntário das obrigações tributárias

GESTÃO TRIBUTÁRIA ESPECIALIZADA

RESULTADOS

Após 17 meses de implantação, temos as seguintes entregas:

- Mudança cultural, com ênfase na regularização dos contribuintes, ao invés das atuações – **aumento da arrecadação espontânea; ✓**
- 16 Grupos Especializados Setoriais em operação – **especialistas em cada setor econômico; ✓**
- Articulação com os diversos agentes de cada setor econômico – **assessoramento técnico qualificado ao Governo do Estado; ✓**
- Acompanhamento mensal dos resultados setoriais pelo Secretário da Fazenda – **subsídio às políticas de Governo; ✓**
- Maior propriedade por parte da Receita Estadual na realidade de cada setor – **novo patamar de qualidade no relacionamento com o contribuinte; ✓**
- Rápida adaptação da Receita Estadual a mudança de cenário – **apoio na gestão estadual da pandemia. ✓**



EIXO 2

Infraestrutura e Logística

EXTENSÃO DA PISTA DO AEROPORTO SALGADO FILHO

STATUS ATUAL



PRAZOS DE EXECUÇÃO

A Fraport Brasil vem trabalhando na extensão da Pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho dos atuais 2.280m para 3.200m e necessita da área denominada Vila Nazaré para tornar a pista operacional. A área ainda não foi desocupada e a obra está consideravelmente atrasada.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Atraso na relocação das famílias da Vila Nazaré, não há previsão firme

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Em andamento, sem previsão de finalização, com provável atraso na finalização da extensão da pista prevista para dezembro de 2021

PROPOSTA DE AÇÃO



- Monitoramento contínuo e em conjunto Município, Estado, União e Fraport para finalizar no menor prazo possível

RS PARCERIAS

STATUS ATUAL

- **Concessão RSC-287** - EDITAL PUBLICADO – 23/09
- **Concessão ERS-324** – Trecho incorporado à Concessão de Rodovias EGR/DAER
- **Concessão Zoológico Sapucaia do Sul** Nova modelagem em curso
- **Concessão da Rodoviária de PoA** - EDITAL PRONTO – Fase de ajustes após a manifestação da AGERGS/TCE
- **Concessão Rodovias EGR/DAER - 1151 km.** Em 24/11: Cadastro , estudo socioambiental , ensaios de pavimento , contagens e pesquisas OD e PD concluídos. Em dezembro, relatório de levantamento de campo da demanda.
- **PPP em Sistema Prisional** Consultoria selecionada pelo BNDES e contrato assinado
- **Concessão Cais Mauá** – Assinatura do contrato – BNDES
- **Concessão Aeroportos PF e AS** – Publicação PMI

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Projeto	Próximo Passo	Data
Concessão RSC-287	Leilão	dez/20
Concessão Zoológico de Sapucaia do Sul	Finalização novo modelo	mar/21
Concessão Rodoviária de Porto Alegre	Licitação	jan/21
Concessão Rodovias EGR/DAER	Finalização da modelagem	mai/21
PPP em Sistema Prisional	Finalização da modelagem	ago/21
Concessão Cais Mauá	Contratação de consultoria	jan/21
Concessão Aeroportos PF e SA	Autorização dos estudos	Fev/21

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Limitação orçamentária
- Planejamento e seleção de projetos sem critérios técnicos
- Gestão ineficiente
- Manutenção inadequada
- Infraestrutura deficiente

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Elevar o financiamento disponível
- Analisar a viabilidade dos projetos (Público + Privado)
- Diminuir as amarras burocráticas inerentes ao setor público
- Premiar diretamente o bom desempenho na manutenção (avaliação por indicadores)

PROPOSTA DE AÇÃO



- Cooperação voluntária entre o setor público e o privado com a finalidade de alcançar objetivos comuns
- Identificação do melhor projeto (Interesse Público + Value for Money)
- Transferência, via contrato, da Gestão e Manutenção para o privado com avaliação de desempenho

MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

STATUS ATUAL

Malha ferroviária no estado do RS ineficiente devido a limitação de descarga no Porto de Rio Grande, baixa capacidade de carregamento nos Terminais de Transbordo, conflitos urbanos e malha projetada para transporte de passageiros.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- **MALHA SUL QUALIFICADA NO PPI DURANTE A REUNIÃO DE 02/12/20.**

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- **Baixa capacidade de carregamento nos Terminais de Transbordo;**
- **Limitação de descarga no Porto.**
- **Malha ferroviária ineficiente.**

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- **Renovação antecipada da Concessão da Malha Sul permitindo a execução de investimentos para melhorias significativas da linha férrea**

PROPOSTA DE AÇÃO



- **Reativação do trecho ferroviário de São Luiz Gonzaga a Dilermando de Aguiar**
- **Repotencialização do trecho Cruz Alta _ Rio Grande**
- **Reativação do trecho Uruguaiana – Porto Alegre**
- **Recapacitação do Tronco Sul**

MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

Renovação Rumo Malha Sul S.A.



- Em 30/09/2015 a concessionária da Malha Sul apresentou à ANTT pleito de prorrogação do prazo contratual.
- A prorrogação antecipada busca antecipar investimentos privados na infraestrutura ferroviária, com tempo suficiente para a sua amortização e melhoria nas condições operacionais da via e na segurança, proporcionando com isso a redução do custo logístico. Pretende-se ainda melhorar o ambiente regulatório atualizando o contrato de concessão para práticas mais modernas.
- Os principais benefícios esperados a partir da prorrogação, por mais 30 anos, do contrato de concessão atual, que terminará em 28/2/2027, será a obrigatoriedade de investimentos em segurança e aumento de capacidade. Tais investimentos serão pactuados pela ANTT, bem como a antecipação desses investimentos, que somente ocorreriam a partir de 2027 com um nova concessão. Tais investimentos estão estimados preliminarmente, pela atual concessionária, em R\$ 10.3 bilhões.

CONCESSÕES HIDROVIÁRIAS E CUSTO OPERACIONAL DO PORTO DE RIO GRANDE

STATUS ATUAL

A proposta de Projeto de Lei está no IPE para análise dos impactos (de pessoal) decorrente da transformação de Autarquia para Empresa Pública.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Previsão de protocolo na Assembleia Legislativa: 30/12/2020.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Falta de investimento;
- Custo Elevado;
- Falta de atratividade para novos players;
- Subutilização do potencial hidroviário;
- Carência de terminais intermodais.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Transformação da Autarquia em Empresa Pública – Autonomia Administrativa, Financeira, Técnica e Patrimonial.
- Fomentar novos terminais (Players).
- Concessão Canal de Acesso e Hidrovias (PPP)
- Melhoramento dos acessos
- VT MIS

PROPOSTA DE AÇÃO



- Encaminhar PL de transformação em empresa Pública
- Agregar esforços com a SELT, SEMA, SEDETUR, SGGE/EDP e SUPRG, desenvolver políticas de fomento.
- Contratações de manutenção do canal de acesso e hidrovias
- Desenvolvimento do VT MIS – maior segurança a navegação, menor custo com seguros, viabiliza mais rotas de navegação.

CONSTRUÇÃO DA 2ª PONTE DO GUAÍBA

STATUS ATUAL

- Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Construção de uma 2ª Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos, na BR-116/290
- Extensão: **2,9 km (ponte) e 9,4 km de acessos**
- Valor total do empreendimento: **R\$ 1,0 Bilhão** (inclusive reassentamento de 1.176 famílias)
- Executado: **91%**

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- **Liberação ao tráfego na Linha Geral em Dezembro de 2020.**
- **Início em 2021 dos processos de Reassentamento da Vila Tio Zeca e Areia**
- **Conclusão total em 2021** (depende da disponibilidade de recursos e do reassentamento da Vila Tio Zeca e Areia)

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Investido em 2019 cerca de R\$ 130 milhões na obra (inclusive reassentamento).
- **Orçamento 2020 com R\$ 90 milhões** (insuficiente para conclusão total das obras).
- Gargalo no processo de reassentamento das famílias através do Programa de Compra Assistida.

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento. **Necessidade de R\$ 186 milhões para conclusão da obra e reassentamento (ainda faltam 603 famílias na Vila Tio Zeca Areia).**
- Manutenção dos esforços da Justiça Federal, AGU e DNIT para a efetivação do Programa de Reassentamento.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2021.
- Reuniões periódicas juntos aos diversos entes visando acordo e alinhamento estratégico.

CONSTRUÇÃO DA 2ª PONTE DO GUAÍBA



DUPLICAÇÃO DA BR-116/RS

STATUS ATUAL

- Execução das Obras de Melhorias da Capacidade, incluindo Duplicação, na rodovia BR-116/RS.
- Extensão: **211,24 km**
- Valor total do empreendimento: **R\$ 1,8 Bilhão** (inclusive desapropriação, construção de Pte sobre o Rio Camaquã e Viaduto Pompéia)
- Executado: **72%**

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 2019 - concluído e liberado ao tráfego.....**47,1 km**
- 2020 - concluído e liberado ao tráfego (até outubro).....**45,9 km**
- 2020 - concluído e liberado ao tráfego (em dezembro).....**28,0 km**
- **Total concluído ao final de 2020 = 121,0 km (57%)**
- 2021 - previsão de conclusão:.....**53,0 km**

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Investido em 2019 cerca de R\$ 110 milhões
- **Orçamento 2020 com R\$ 156 milhões** para a obra (insuficiente para conclusão total)
- Gargalos em função da capacidade produtiva das empresas contratadas.
- Contratação dos remanescentes de obra

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento.
- Necessidade de no mínimo R\$ 100 milhões para 2021 visando continuidade das obras e entregas.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos através de Emendas no PLOA2021.

DUPLICAÇÃO DA BR-116/RS



Lote 1 e 2 - Exército Brasileiro



Lote 4 - trecho concluído



Lote 6 - pavimentação



Lote 7 - trecho concluído

DUPLICAÇÃO DA BR-290/RS

STATUS ATUAL

- Elaboração dos Projetos Básico e Executivo e Execução das Obras de Melhoria de Capacidade, incluindo a duplicação da BR-290/RS.
- Extensão: **115,7 km**
- Valor total do empreendimento: **R\$ 780 Milhões**
- Executado: **13,7%**

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- Obra será paralisada por falta de recursos no Orçamento 2020 do Governo Federal.
- Necessidade de R\$ 20 milhões para:
 - concluir a interseção de acesso a Charqueadas com viaduto
 - concluir a Travessia Urbana de Pantano Grande com viaduto
- Previsão de Conclusão Total: **sem previsão**

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- Lotes 1 e 4 - obra em ritmo lento por falta de recursos
- Lote 2 e 3 - paralisado por falta de recursos
- **Orçamento 2020 com R\$ 5 milhões:** insuficiente para o andamento das obras
- **Emenda de Bancada para 2020 de R\$ 9,8 milhões foi remanejada para Ministério da Saúde em função da Pandemia.**

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO

- Ampliar montante de recursos disponibilizados para investimento no empreendimento.
- Necessidade de suplementação de R\$ 200 milhões para continuidade dos lote 1 e 4 e reinício dos lotes 2 e 3.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos em 2020 para que as obras não paralisem totalmente.
- Necessidade de inclusão de recursos no PLOA2021.

DUPLICAÇÃO DA BR-290/RS

Perímetro urbano de Pantano Grande



Interseção com a RS-401 - Charqueadas



IMPLANTAÇÃO DA BR-285/RS

STATUS ATUAL

- Contratação de empresa para a Elaboração de **Projeto Básico e Executivo** de Engenharia e **Execução** da Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS No Estado do Rio Grande do Sul.
- Extensão: **8,4 km (+ Ponte sobre o Rio das Antas)**
- Valor total do empreendimento: **orçamento sigiloso (RDCi)**
- Executado: **0%**
- Previsão de início: **2020**
- Situação: **licitação em andamento na SR/RS, data da entrega das propostas em 08/12/2020**

PRAZOS DE EXECUÇÃO

- Previsão de Conclusão: **sem previsão (a depender da disponibilidade de recursos)**

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Licitação das obras em tramitação, com previsão de homologação ainda em 2020.
- **Orçamento 2020 com R\$ 12,16 milhões** (suficiente para início do contrato)

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Necessidade de recurso em 2021 para viabilizar o andamento das obras. Necessidade mínima de R\$ 30 milhões.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Articulação junto a Bancada Gaúcha visando o aporte de recursos em 2020 para que as obras possam ser licitadas.
- Necessidade de inclusão de recursos no PLOA2021.

MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES DE GÁS NATURAL

STATUS ATUAL

Em execução

- Expansão da infraestrutura de distribuição de gás no Estado
- Chamadas Públicas para aquisição de gás – Gás Natural e Biometano

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Realização até Outubro 2020

Implantação de 63km de rede de distribuição
Total 1.276km

4.226 novos clientes consumindo gás
Total 61.861 clientes

Investimentos R\$ 30,6 MM

Biometano



Out/20 - 03 propostas recebidas

Dez/20 – Nivelamento das propostas

2021 - Assinatura contratos

2023 – Início do fornecimento

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Demandas energéticas ainda não atendidas por rede de gás canalizada.
- Infraestrutura de transporte que atende o Estado com capacidade limitada

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Expansão da infraestrutura de distribuição na Região Metropolitana de Porto Alegre, Serra Gaúcha, Centro e Sul do Estado.
- Diversificação das fontes de suprimento
- Fomentar projetos de grande consumo

PROPOSTA DE AÇÃO



- Expansão da infraestrutura atual de distribuição
- Chamadas Públicas para aquisição de gás – Gás Natural e Biometano

OBRAS RAMAL IGREJINHA – GRAMADO



Fonte: Sulgás



Fonte: Sulgás



Fonte: Sulgás



Fonte: Sulgás

OBRAS EM VIAMÃO – FURO DIRECIONAL



Fonte: Sulgás



Fonte: Sulgás

ENERGIAS RENOVÁVEIS

STATUS ATUAL

- Gasoduto – Uruguaiana – Pólo Petroquímico de Triunfo, a partir da compra da usina de Uruguaiana pela empresa Saesa da Argentina.
- Criação de um GT para estudar o aumento do potencial de geração de energia Hídrica no RS.
- Estudos para a viabilidade das Usinas de Garabi; Panambi (binacionais) e Pai Querê; Irai e Itapiranga no Rio Paraná.
- Estudos sobre a viabilidade de utilização de Reaproveitamento Hídrico (reversíveis) das UHE's no RS, com base nos estudos do engenheiro José Bacaltchuk Sobrinho.
- Energia Eólica – potencial de empreendimentos “offshore” nas nossas lagoas. Sindienergia.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Projetar para o ano de 2021, a criação de Grupos de estudos para analisar com todos os agentes interessados a viabilidade e implantação de grandes projetos de energia no RS.

Passada a fase mais aguda da pandemia o eixo das energias renováveis irá buscar aumentar a interação com todos os agentes envolvidos nos projetos de energias renováveis.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



- Gasoduto - Uruguaiana/Canoas – Pendente de viabilidade do empreendimento pelos investidores e de licenciamento ambiental
- Aprovação de PEC 284 em fase final de tramitação nas comissões da AL/RS.
- Criação de um GT para estudar o potencial e viabilidade de novos projetos de PCH's

ALTERNATIVA/SOLUÇÃO



- Ação junto aos órgãos Ambientais do RS e Ibama para identificar os gargalos e entraves
- Iniciado os contatos com empreendedores interessados em realizar os estudos de viabilidade dos projetos das UHES

PROPOSTA DE AÇÃO



- Criar um grupo de trabalho permanente com a participação dos órgãos do estado (estadual e federal) empreendedores, investidores, bancos de fomento e o poder legislativo, no âmbito do Eixo de infraestrutura de energias renováveis do Cresce/RS

RS ENERGIA

STATUS Grupo de Trabalho PCHs e CGHs, 2020:

Empreendimento	Situação Fepam	Situação DRHS
PCH Tio Hugo (LI)	Aguarda Complementação	Outorga emitida (2018)
PCH Santo Antônio do Jacuí (LI)	Aguarda Complementação	Aguarda Complementação
CGH Lagos I (LI)	LI emitida	Outorga emitida (2018)
CGH Lorenz (LI)	Aguarda análise	Outorga emitida (março de 2020)
PCH Cerquinha II (LIER)	LIER emitida (2019)	Outorga emitida (2019)
PCH Touros II (LIER)	LI emitida	Outorga emitida (agosto de 2020)
PCH Touros III (LIER)	LI emitida	Outorga emitida (agosto de 2020)
PCH Touros V (LI)	LI emitida	Outorga emitida (agosto de 2020)
PCH Touros IV (LIER)	LIER emitida (julho de 2020)	Outorga emitida (abril de 2020)
PCH Vale do Leite (DTREIA/LPER)	DTREIA emitida (2019)	Reserva de Disponibilidade Hídrica (RDH) emitida (fevereiro de 2020)
	LPER aguarda complementação	
CGH Ligeiro (LP/LI)	LP emitida (maio de 2020)	Outorga emitida (junho de 2020)
	LI aguarda análise	
CGH Trator (LPER)	“em elaboração de parecer”	Reserva de Disponibilidade Hídrica (RDH) emitida (dezembro de 2019, atualizada em março de 2020)
CGH Serrinha II (LPER)	Indeferida	Reserva de Disponibilidade Hídrica (RDH) emitida (abril de 2020)

STATUS Licenças de Energia no RS

Hidrelétricas (PCHs e CGHs)

Em Monitoramento: 71 Licenças Ambientais

Emitidas: 57 Licenças Ambientais:

07 LOs ;
33 Renovações de LO;
05 LPs;
12 Lis .

Linhas, Sistemas de Transmissão e Subestações Transformadoras

Em Monitoramento: 57 Processos

Emitidas: 53 Licenças Ambientais:

Subestação:

16 LPIAs e
 01 LO.

Sistemas de Transmissão:

06 LPIAs,
 03 LO e
 05 Renovações de LO.

Linhas de Transmissão

05 LPs,
 05 LOs,
 11 Renovações de LO,
 01 Renovação de LI.

Energia Eólica

Em Monitoramento: 20 Licenças Ambientais

Emitidas: 20 Licenças Ambientais:

04 LPs,
 02 LPAs,
 02 Renovações de LI e
 12 Renovações de LO.

EIXO 3

Fomento dos Bancos Públicos

PROGRAMA DE APOIO À FRONTEIRA

DESCRIÇÃO

Lançamento de Programa de Desenvolvimento da Região de Fronteira.

IMPACTOS

Aumentar as zonas francas de fronteiras e fomentar o desenvolvimento econômico da fronteira gaúcha.

SITUAÇÃO/PROBLEMA



Falta de projetos de desenvolvimento na região de fronteira.

PROPOSTA DE AÇÃO



- Busca de Recursos para o Projeto (1º sem 2021). **Em andamento**
- Levantar demandas das regiões com o Conselhos Regionais de Desenvolvimento – **COREDEs** (2º sem 2021). **Em andamento**
- Estudar a demanda da **AGAFLOR** sobre Apoio financeiro para Arranjo Produtivo Local do Setor Florestal da Zona Sul. (
- Criação de um programa de financiamento para projetos públicos e privados da região de fronteira. (2º sem 2020) – **Minuta de Propostas Finalizada**

FINANCIAMENTO À EMPRESAS DE INOVAÇÃO

DESCRIÇÃO

Concessão de apoio financeiro a empresas inovadoras, novas start ups e empresas de tecnologia.

Através:

- Inovacred.
- Programa Badesul MPE.
- Crowdfunding.
- Fundos de investimentos(FIPs).

IMPACTOS

Fomentar o ambiente de inovação Gaúcho com o fomento de R\$ 200 Milhões ao setor de inovação.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

Falta de Instrumento financeiro e recursos adequado às Startups.

PROPOSTA DE AÇÃO

- Lançamento do Programa de Crowdfunding do Badesul. (1º Sem. 2020) **Realizado.**
- Novas Linhas e Programas (2º sem 2020):
 - Finep Inovacred Conecta – **Em andamento**
 - Finep Inovacred 4.0 – **Em andamento**
 - Finep Aquisição Inovadora – **Em andamento**
- Criação de 2 fundos de investimentos.(2º sem 2020)
 - Fundo Anjo – **Realizado**
 - 2º - **Em estudo**

FINANCIAMENTO À EMPRESAS DE INOVAÇÃO

SITUAÇÃO EM DEZ /2020

Concessão de apoio financeiro à empresas inovadoras, novas startups e empresas de tecnologia através de:

- Programa Inovacred da FINEP;
- Linhas de Crédito Comercial do Banrisul;
- Fundos de Investimentos (FIPs): em parceria com o BNDES.

SITUAÇÃO/PROBLEMA

- **Inovacred:** Renovação do convênio, e dos limites de crédito, com a FINEP
- **Fundos de Investimento (FIPs):** em negociação com os Fundos e com o BNDES

PRAZO DE CONCLUSÃO

- Encaminhado pedido de renovação de limites com a FINEP: Fevereiro de 2020. Prazo: Contrato Renovado e processo interno de reabertura das linhas sendo concluído.
- Fundos de Investimento (FIPs): o Banrisul fez um aporte no FIP – Anjo Capital Semente, gerido pela Tomo Invest, assim os empreendedores poderão procurar o fundo e apresentar seus projetos para que este faça aportes de recursos apoiando estes empreendedores. Os recursos aportados serão direcionados integralmente para empresas gaúchas.

governanca.rs.gov.br

Obrigado!

 /GovernancaRS  @SGGE_RS

CRESCERRS

JUNTOS VAMOS MAIS RÁPIDO

